

Um dos grandes erros: 1979/80

Rubens Penha Cysne

A condução de política econômica no Brasil entre agosto de 1979 e dezembro de 1980 não apenas se mostrou inadequada. Mais importante: ela *mostrava-se*, já àquela época, totalmente fora de propósito.

O ano de 1979 já se iniciara com duas perigosas sinalizações. Primeiro, o aumento da ordem de 180% dos preços do petróleo deflagrado a partir da crise no Irã, que teve como ponto-chave a deposição do xá em fevereiro. Segundo, a primeira (ainda moderada) elevação das taxas internacionais de juros ocorrida em 1978. Entre 1975 e 1977, a *libor* e a *prime rate* apresentaram valores médios de, respectivamente, 6,8% e 7,2% ao ano. Em 1979, ambas subiram para 9,2% ao ano.

A administração de política econômica então vigente (no primeiro semestre) reconheceu a gravidade da situação, tendo optado por uma política de contenção de demanda. Por falta de apoio político, entretanto, a estratégia de recuar para saltar melhor não foi colocada em prática. Como resultado, o salto foi pequeno e o país não alcançou a outra margem do abismo (a queda dura até hoje, tendo sido bastante acelerada nos três últimos anos).

A despeito da nova sinalização de uma inusitada elevação das taxas de juros a partir de outubro de 1980, decorrente da estratégia americana de combater a inflação com uma deslocada combinação fiscal expansionista e política monetária apertada, o novo grupo responsável pela economia após a permuta ministerial ocorrida em agosto deu início a um pouco feliz período de condução de política econômica.

Partiu-se do princípio que uma grande safra agrícola poderia ser obtida com o aumento do crédito subsidiado a este setor, o que solucionaria a problema da inflação pelo aumento da oferta. Falhou, entretanto, avisar à produção agrícola que ela deveria crescer o suficiente para tanto: ao aumento de expansão monetária que ele não deveria gerar pressões de demanda, bem como à própria inflação que ela deveria cair.

A expansão anualizada da base monetária passou de 45% de janeiro a julho de 1979 a 158% de julho a dezembro deste ano. Como contrapartida desse fato e do reajuste de vários preços administrados então ocorrido, a inflação, também anualizada, passou de 57% a 109% nesses dois períodos. A consequência inevitável foi a modificação da política salarial em novembro, tornando impossível a volta da inflação ao patamar de 40% ao ano vigente entre 1974 e 1979. De fato, com os reajustes salariais passando de anuais a semestrais, e baseados no pico prévio de poder aquisitivo, uma taxa de inflação anual de 40% implicaria agora aumento em torno de 8,3% dos salários reais, o que não se mostraria factível à época.

Por esse motivo, a tentativa de se repetir em 1979/80 as taxas de crescimento do período 1974/79 (7% ao ano) foi algo mais do que uma medida certa na hora errada. Tratava-se mesmo de uma medida errada na hora errada. Errada porque, incompatível com o agravamento das contas externas já então visível, acabou por agravar significativamente os reflexos sobre o país dos dois choques externos então ocorridos. Na hora errada, pois, exatamente no momento em que mais se precisava aumentar o saldo do balanço comercial, a) fomentaram-se as importações com a ativação da economia; b) tornou-se politicamente inevitável uma modificação de política salarial totalmente incompatível com o binômio inflação estável/aumento da competitividade brasileira nos mercados internacionais.

Um capítulo à parte na seqüência de erros foram as medidas tomadas em dezembro de 1979 e janeiro de 1980. Elas marcaram exatamente o ponto em que as regras do jogo de política econômica no Brasil quebram uma estabilidade marcada ao longo pelo menos dos onze últimos anos

(desde a instituição do sistema de minidesvalorizações cambiais no segundo semestre de 1968) e passam a uma fase de contínuas e irritantes modificações (o que, infelizmente perdura até hoje em dia, penalizando sobremaneira as decisões de investir). A maxidesvalorização cambial do dia 7 de dezembro em nada ajudou com a relação às contas externas. Primeiro, devido à retirada do crédito prêmio às exportações e de alguns empecilhos às importações. Segundo, porque foi descompensada em 1980, quando a inflação foi de 110% e o aumento do preço do dólar cotado pelo Banco Central de apenas 60%. Por outro lado, a tentativa de reversão de expectativas com a prefixação da correção monetária (inicialmente em 45%) e cambial (40%) mostrou-se totalmente inoperante. Percebeu-se imediatamente que tais números eram incompatíveis com o atrelamento dos preços à inflação passada pelo sistema de indexação defasada (que acabara de ser fortificado) e com a folgada expansão monetária então vigente.

Em janeiro de 1981 opera-se uma total reviravolta. As reservas já haviam caído 5 bilhões de dólares e já era hora de se acabar com experiências heterodoxas de estabilização. O governo passou a agir exatamente na linha denunciada pela administração de política econômica efetuada no primeiro semestre de 1979, que ele tanto havia criticado. A essa época, não havia outra alternativa. Era a mão à palmatória ou a cabeça à força.

Ainda numa tentativa de empurrar os problemas com a barriga, o país passou a ignorar as regras básicas de prudência na administração da dívida e enveredar por um crescente aumento do endividamento de curto prazo. As agências de bancos brasileiros no exterior passaram a ser utilizadas para captar recursos no mercado interbancário internacional e repassá-los ao Banco Central, para financiamento das contas de balanço de pagamentos. A consequência inevitável, antecipada pelo fim do processo de reciclagem competitiva dos petrodólares detonado pela moratória do México na fatídica sexta-feira 13 de agosto de 1982, foi a perda de controle da administração de política econômica no Brasil a partir dessa data. O que vem depois é bem conhecido. Está no lado da memória responsável pelas coisas desagradáveis.

Não somente a elevação da inflação a partir de 1979, mas também toda a instabilidade em que foi submetida a economia brasileira desde então (incluídas as recessões de 1981 e 1983) poderiam ter sido ao menos parcialmente evitadas caso o país tivesse perseguido, antes da modificação de política salarial em novembro de 1979, uma rigorosíssima política monetária-fiscal aliada à uma desvalorização de câmbio real em torno de 30%. Concomitantemente essa estratégia exigiria, para ser tecnicamente completa, que todos os rendimentos da economia fossem corrigidos por índices expurgados dos choques de oferta. É certo que haveria queda dos salários reais. Mas é certo também que, a despeito das seis modificações de política salarial ocorridas entre 1979 e 1984, os salários reais caíram da mesma forma (32%). A diferença é que, com o reconhecimento prévio da gravidade da situação, essa queda teria sido possivelmente menor, a economia teria evoluído de uma forma mais estável, e a inflação ainda poderia encontrar-se na saudosa faixa dos 40% ao ano. Tudo isso, sem o Plano Cruzado no lado ruim da memória.

Não resta a menor dúvida que é muito mais fácil escrever soluções alternativas sobre fatos passados do que implementá-las na prática. O que esse exercício pretende mostrar, entretanto, é que toda essa turbulência ocorrida a partir de 1980 não se constituía num fator imutável herdado do passado e dos choques externos. Havia alternativas técnicas consideravelmente mais indicadas do que as que foram tomadas.